



Os quadros anteriores reportam-se aos anos de 1781 e 1782, correspondendo estes anos a outros por ter sido em 1780 que se registou a última epidemia superior a 2.400 vitas, com-
recto já tinhamos referido. Mas, para além das crianças os dados sobre contidos prece-
dentes que as famílias apresentaram estão emenda com um peso muito mais signifi-
cativo do que os anteriores. No ano de 1781, em Coimbra foram anota-
dos 38 casos de crianças, 10 de familiares, 10 de ministas, a saber dois de-
pois. No ano de 1782, a situação regista-se com os familiares a representarem 93,3% das
casos. Em Évora no ano de 1781 os familiares representaram 45,7% contra os 47
ministas, dois qualificados, dois familiares dos carcereiros fora aliado e um guarda
câmara e um mórman. Os registos 17,3% de não residentes e dois não identificados.
No ano de 1782, 30% das crianças foram de famílias, 44,7% de ministas (dois não
dos qualificados, um mórman e 3,3% de um longo cujo cargo não surge identifi-
cado). Portanto, se a alta mortalidade das famílias em Coimbra foi pontual, em Évora não, e
que tinham com um peso superior a dos ministas, especialmente em comparação com
o município de Coimbra onde se registou um peso muito menor.



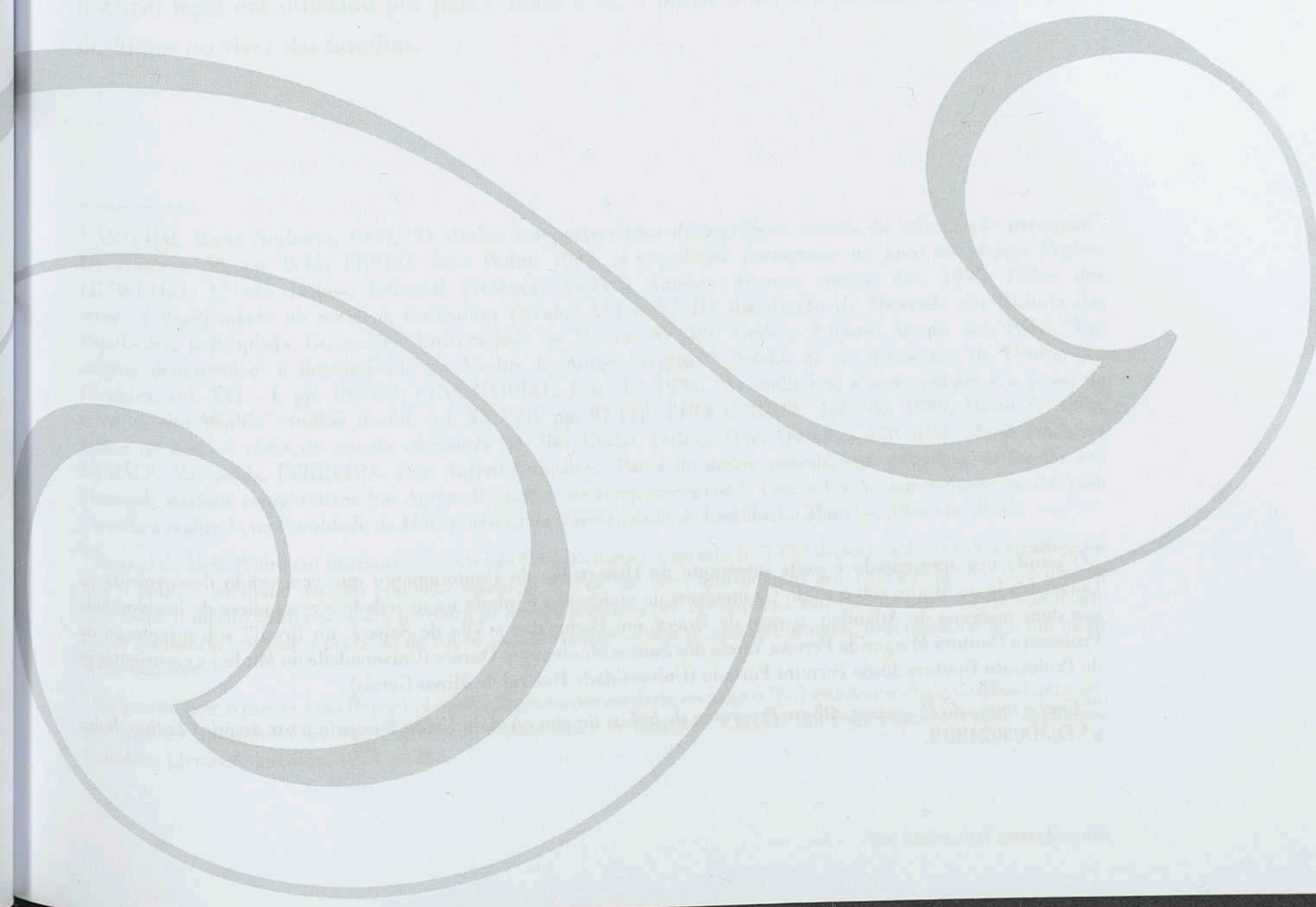
“[...] por ter muito amor e afeição ao seu filho deseje que ele tenha bens em que melhor possa passar a vida”: o viver da ilegitimidade*, na cidade de Braga, no século XVIII

Ana Luiza de Castro Pereira**

Mestre em História

Doutoranda ICS/Universidade do Minho, Braga, Portugal

Uma das questões mais relevantes para a história da sociedade portuguesa do século XVIII é a da
ilegitimidade. O facto de que a sociedade portuguesa do século XVIII tenha sido marcada por
um elevado número de crianças ilegítimas, é um facto que não pode ser ignorado. Contudo, após a
confirmação da paternidade por um dos pais, a situação jurídica destas crianças muda, e elas
passam a ser consideradas como filhas ilegítimas. As consequências da ilegitimidade são, por
tanto, muito graves, e a sociedade portuguesa do século XVIII não é excepção. A sociedade
portuguesa do século XVIII é uma sociedade muito conservadora, e a ilegitimidade é
considerada uma das maiores vergonhas que uma família pode sofrer. A sociedade
portuguesa do século XVIII é uma sociedade muito conservadora, e a ilegitimidade é
considerada uma das maiores vergonhas que uma família pode sofrer. A sociedade
portuguesa do século XVIII é uma sociedade muito conservadora, e a ilegitimidade é
considerada uma das maiores vergonhas que uma família pode sofrer.



1. Introdução

Os estudos sobre o universo da ilegitimidade em Portugal têm demonstrado que na região minhota se concentraram os índices mais altos de filiação ilegítima¹. A partir deste pressuposto demográfico a questão que nos ocupa neste trabalho é saber de que forma essa ilegitimidade se manifestou no viver das famílias setecentistas da cidade de Braga. Seriam os filhos ilegítimos reconhecidos pelos seus pais e integrados no quotidiano familiar? De acordo com as *Ordenações Filipinas* a possibilidade de sucessão² e o acesso aos bens somente poderia ser conferida aos filhos ilegítimos se estes fossem reconhecidos pelos pais.

Um dos instrumentos utilizados pelos pais para o reconhecimento da prole nascida anteriormente ou fora dos laços matrimoniais eram as escrituras públicas registadas nos tabelionatos. Contudo, após a confirmação da paternidade por meio das escrituras quais eram os direitos garantidos aos filhos ilegítimos? As *Ordenações do Reino* determinavam que eles estavam habilitados apenas para solicitar o seu sustento alimentício. E, em hipótese alguma, a lei permitia que o reconhecimento³ da prole ilegítima prejudicasse os herdeiros legítimos. Assim, este texto pretende deter-se na análise das escrituras de legitimação registadas nos tabelionatos bracarenses setecentistas com o objectivo de tentar perceber a forma como o discurso legal era utilizado por pais e mães e se, a partir dele, era possível inserir os filhos ilegítimos no viver das famílias.

¹ AMORIM, Maria Norberta, 1999, "O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial", *Ler História*, 36, pp. 9-43; FERRO, João Pedro, 1995, *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença; NEVES, António Augusto Amaro das, 1996, *Filhos das ervas. A ilegitimidade no norte de Guimarães (séculos XVI a XVIII)*, dissertação de Mestrado em História das Populações, policopiada, Guimarães, Universidade do Minho; NEVES, António Augusto Amaro das, 1998, "Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime," *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI - I, pp. 137-173; PINA CABRAL, João de, 1984, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho," *Análise Social*, vol. XX (80), pp. 97-112; PINA CABRAL, João de, 1989, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponês no Alto Minho*, Lisboa, Dom Quixote; AMORIM, Maria Norberta DURÃES, Margarida, FERREIRA, João Antero Gonçalves, Bases de dados genealógicas e história da família em Portugal: análises comparativas (do Antigo Regime à contemporaneidade), Comunicação apresentada na Reunião Científica realizada na Faculdade de Humanidades da Universidade de Castilla-La Mancha, Albacete, 2003.

² Pascoal de Melo Freire em *Instituições do Direito Civil português*, capítulo II, § 333 discorre sobre os dois significados que a palavra *sucessão* assume podendo significar o total de bens que ficaram por falecimento de uma pessoa; bem como o direito conferido a um herdeiro de aceder aos bens por ele deixado. Em virtude desse duplo significado faz-se necessário analisar o processo de sucessão não somente sob o prisma patrimonial, mas também com um olhar socio-familiar.

³ De acordo com o jurista João Baptista Lopes, a legitimação conferia ao filho o "[...] estado e o título de filho legítimo", podendo ser transmitida aos seus descendentes para efeito de sucessão. Cf. LOPES, João Baptista. *Filhos ilegítimos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1973, p. 238.

* O estudo ora apresentado é parte integrante de Dissertação de Doutoramento que vem sendo desenvolvida na Universidade do Minho sob o título Os impactos da emigração minhota na sociedade e nos índices de ilegitimidade nas duas margens do Atlântico: o caso de Braga, em Portugal e a Vila de Sabará, no Brasil", sob orientação da Professora Doutora Margarida Pereira Varela dos Santos Montenegro Durães (Universidade do Minho) e co-orientação da Professora Doutora Júnia Ferreira Furtado (Universidade Federal de Minas Gerais).

** Com o apoio do Programa Alþan, Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para América Latina, bolsa n.º E05D050248BR.

2. As escrituras de legitimação e sua caracterização no Direito Civil

O que eram as escrituras de legitimação? Quem as podia passar? Quais direitos eram garantidos aos filhos que fossem legitimados mediante tal documento? Estariam os mesmos em situação de igualdade frente à prole legítima? No Direito Civil cujas directrizes regulamentaram a vida das pessoas que viveram no século XVIII existiram duas formas possíveis para os filhos ilegítimos serem reconhecidos pelos pais: 1ª) Por meio da legitimação por *subsequente matrimónio*; 2ª) por meio da *perfilhação*⁴ *solene*, ou mais conhecida como *legitimação*⁵.

Com base na documentação pertencente ao acervo do Arquivo Distrital de Braga nos deteremos aqui na análise da legitimação dos filhos tendo como artifício jurídico as escrituras públicas de perfilhação.

Pascoal José de Melo Freire⁶ define legitimação solene como sendo o “[...] ato pelo qual um pai ou mãe voluntariamente reconhece seus filhos ilegítimos. É um favor concedido aos filhos, e um meio oferecido aos pais para exonerar a sua consciência e de melhorar a sorte dos inocentes frutos de seus erros.”⁷ A partir de tal definição a legitimação dos filhos beneficiou não somente os filhos. Também para os pais além da importância de garantir aos filhos que “*eles tenham bens em que melhor possa passar a vida*”, havia também a preocupação de se redimirem do mau que tinham legado aos seus filhos e, com isso, aliviarem a sua consciência.

É importante que se considere, neste ponto, a relevância que as boas acções tiveram no viver dos homens e mulheres do século XVIII. A morte era certa, mas certo também era que os pais

⁴ Segundo Dr. Luís da Cunha Gonçalves, “A perfilhação é ato essencialmente *pessoal*, que só pode ser praticado pelo próprio pai ou pela própria mãe, pessoalmente ou por meio de mandatário, com poderes especiais e exacta indicação do filho, de modo a não haver equívocos ou substituição de pessoas. Nenhuma outra pessoa pode realizá-la em nome do pai ou da mãe, por exemplo, os avós ou o tutor, visto não se tratar de ato de administração”. Para saber mais ver, GONÇALVES, Dr. Luís da Cunha. *Direitos de família e direitos das sucessões*. Lisboa: Edições Ática, 1955, pp. 287-288. Ver também: LOPES, João Baptista. *Filhos ilegítimos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1973.

⁵ A legitimação, enquanto um processo jurídico, caracteriza-se como um benefício da lei por meio do qual os filhos ilegítimos adquirem a qualidade e os direitos dos filhos legítimos. Para que seja concedida a legitimação eram determinadas duas condições, a saber: o casamento dos pais e o reconhecimento dos filhos pelo pai ou pela mãe, no assento de casamento, ou se feito antes do casamento, nos assentos de baptismo e ainda poderiam os filhos ser reconhecidos em testamento ou escritura pública, anteriores ou posteriores ao casamento. Sobre o conceito de legitimação, ver GONÇALVES, Dr. Luís da Cunha. *Direitos de família e direito das sucessões*, Lisboa, Edições Ática, 1955.

⁶ FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Civil Português*, Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa, 1967.

⁷ FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Civil Português*, Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa, 1967, p. 176.

e mães de filhos ilegítimos não quiseram levar consigo o peso da imoralidade nem, tão pouco, atribuir-lhes a marginalização acarretada pelo nascimento fora do matrimónio. Reconhecê-los, deixá-los amparados financeira e moralmente pode ter sido o motivo de muitos homens e mulheres que, apesar de se terem deixado levar pela “fragilidade humana”, quiseram corrigir os seus erros, poucos deixaram registado tal desejo.

Mas o que era necessário, juridicamente, para pais/mães expressarem sua vontade por meio das escrituras de legitimação? O que faria com que tal acto assumisse um carácter legal e, consequentemente, garantisse o respeito da vontade dos pais? Uma das condições principais era que o pai ou a mãe reconhecessem em escritura pública ou testamento a filiação, bem como a sua intenção de perfilhar o ilegítimo. Este foi o procedimento escolhido por Catarina Tereza de Moura, moradora na Rua Verde, no ano de 1763, ao reconhecer seus filhos Mariana Tereza e Manuel José, frutos da relação com o Padre João Lopes de Araújo. Catarina Tereza declarou que “[...] de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma perfilhava e legitimava e havia por perfilhado e legitimado aos ditos seus filhos Mariana Tereza e Manoel José para que possam ambos sucederem em todos os seus bens.” A vontade de Catarina estava expressa na escritura que foi, devidamente, registada em Cartório. Posterior ao registo da vontade paterna/materna a lei exigia que a mesma fosse confirmada por um Alvará ou Carta Régia⁸. Porém, uma outra questão surge neste contexto. Respeitados todos os procedimentos e uma vez perfilhados, estariam os filhos ilegítimos aptos a concorrerem, igualitariamente, com os filhos legítimos à herança⁹ dos pais? Frente a esta problemática torna-se necessário discorrer sobre a interferência que a origem da filiação ilegítima teria no acesso aos bens dos pais.

Sabe-se que, segundo a legislação, o reconhecimento seja por meio de testamento, seja pela perfilhação solene, não equiparava, completamente, filhos legítimos e ilegítimos. O que pode ser verificado é que os filhos *naturais* tinham maior possibilidade de acesso à herança que os espúrios (adulterinos, sacrílegos ou incestuosos). O quadro abaixo apresenta, sinteticamente, a relação entre a origem da filiação e a participação dos filhos ou não na partilha dos bens dos pais. Há que atentar para a distinção entre os filhos nascidos dos nobres (coroa) e dos plebeus (comum).

⁸ Durante o século XVIII cabia à Mesa do Desembargo do Paço expedir os Alvarás e Cartas Régias de confirmação de perfilhação, mas no século XIX tal encargo passou a ser responsabilidade dos Conselhos Distritais e, posteriormente, da Secretaria dos Negócios do Reino. Ver FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Civil Português*, Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa, 1967.

⁹ Define-se herança como “A universalidade dos bens que alguém deixa por ocasião de sua morte, e que os herdeiros adquirem. É o conjunto de bens, o património, que alguém deixa ao morrer”. BEVILÁQUA, Clóvis. *O Direito das Sucessões*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paulo de Azevedo, 1955, p. 120.

Quadro 1 – Origem da filiação, direitos e restrições à herança com base nas *Ordenações Filipinas*, (1603)

Filiação	Origem	Tipo de legado	Participação na partilha	Restrição à participação
Legítima	Casamento legal entre os pais	Coroa ¹	Apenas os varões legítimos ou seus filhos. Sua falta devolveria os bens para a Coroa.	Filhos segundos e terceiros nem as filhas ou os varões filhas ou os varões destas.
		Comum	Todos os legítimos seriam beneficiados, concorrendo igualmente sobre a legítima.	Deserdação legal pelos pais.
Natural	Ligações consensuais ou concubinato entre pessoas solteiras e sem impedimento para realização do casamento.	Coroa	Herdava esses bens apenas por autorização escrita, por ocasião da legitimação. Não herdariam, mesmo legitimados, caso houvessem legítimos.	Falta da dita autorização, ou por deserdação, uma vez legitimação.
		Comum	Filho peão participava, juntamente com os legítimos.	Deserdação, caso fossem legitimados. Inexistência de reconhecimento; falecer ab intestado e existência de filhos legítimos, para os nobres.
Espúria	Os filhos sacrílegos eram frutos de relações carnavais entre um leigo e um eclesiástico ou de religiosos entre si.	Coroa	Apenas por autorização escrita, quando do reconhecimento.	Falta da autorização; deserdação, quando legitimado.
	Os filhos adulterinos eram frutos de relações em que ambos, ou apenas um dos envolvidos, era casado.	Comum	Obrigação do reconhecimento do pai, tanto para herdar com ou sem testamento. Para os filhos de livres com escravas, deveria haver legitimação e alforria. Os de mãe solteira concorriam directamente a seus bens, como dos parentes mais próximos, dessa linhagem.	Deserdação, caso reconhecidos. Falta de legitimação. Os adulterinos de mulheres casadas e os sacrílegos, por ser prejudicial à legitimação. Falta de alforria para os filhos escravos.
	Os filhos incestuosos eram frutos de relações entre parentes, ligados por consanguinidade até o 4ª grau.			
Exposta	-----	Coroa	Não poderiam herdar.	
		Comum	Participavam da herança, mesmo havendo filhos legítimos. Herdavam da terça.	Não poderiam prejudicar os legítimos sucessores.
Perfilhada (adoptada)	-----	Coroa	Não poderiam herdar, como os expostos.	
		Comum	Concorriam como se fossem legítimos.	Afastados caso não tivessem adopção legal.

Fonte: LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado*; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998 (pp. 226-227).

Ao analisarmos o quadro, percebemos que a filiação intitulada *natural*¹⁰ não lançava qualquer estigma sobre os indivíduos, havendo a possibilidade de inserção no quotidiano familiar, como determina o título abaixo das *Ordenações Filipinas*:

Se o pai for peão, suceder-lhe-ão, e virão à sua herança igualmente com os filhos legítimos, se o pai os tiver. E não havendo filhos legítimos, herdarão os naturais todos os bens e herança de seu pai, salvo a terça se ao pai tomar, da qual poderá dispor como lhe aprouver.¹¹

Ainda neste título regem as *Ordenações Filipinas* que eram considerados, para os efeitos da lei, como filhos naturais aqueles nascidos “[...] de qualquer mulher solteira com homem solteiro sem embaraço para se casarem”. Há contudo clara diferenciação entre os filhos naturais de pais solteiros e aqueles nascidos de uniões concubinárias. Aos primeiros, além da possibilidade de serem legitimados com subsequente matrimónio, ainda existia a possibilidade de, uma vez legalmente reconhecidos, sucederem aos seus pais. Aos filhos de concubinas que se relacionavam com mais de um homem, a legislação é clara quando determina:

O filho natural havido de mulher que tenha ajuntamento com muitos homens ao mesmo tempo, é insucessível ao pai mesmo [que] peão; não por exclusão legal, porque hoje ab-rogado o concubinato ele é equiparado ao filho natural, mas por não poder provar a paternidade.¹²

Os filhos espúrios¹³, por sua vez, recebiam tratamento excludente. Por serem frutos de relações em que havia impedimento para a união dos progenitores, a possibilidade de serem inseridos no contexto social se reduzia bastante. Fossem adulterinos, sacrílegos ou incestuosos eram a prova da traição, da imoralidade, frutos de relações que se desviavam da moral, fosse sob a óptica civil ou religiosa. Em termos legais, tais filhos eram caracterizados como insucessíveis

¹⁰ O Padre Raphael Bluteau caracterizou o filho natural como aquele “[...] que o pai teve antes de casado”, distinguindo-os dos bastardos. BLUTEAU, Raphael Padre. *Vocabulário Português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, vol. V, p. 684.

¹¹ *Ordenações Filipinas*, Livro 4, Título 92, p. 940/941.

¹² *Ordenações Filipinas*, Livro 4, Título 92, p. 941. A desqualificação moral da mãe com objectivo de impedir os filhos de serem legitimados ainda pode ser verificado no discurso de alguns pais perante os tribunais em finais do século XIX e durante todo o século XX. Cf. MACHADO, Helena Cristina Ferreira, *Tribunais, Género, Ciência e Cidadania*; uma abordagem sociológica da investigação judicial da paternidade, Braga, Universidade do Minho, 2002 (Dissertação Doutoral).

¹³ Definidos nas *Ordenações Filipinas* como todos aqueles cujo pai não foi possível identificar, porque “[...] não é confessável ou perante a sociedade ou perante a lei, pela ilegalidade ou reprovação do coito de que procedem. Assim são os sacrílegos, os incestuosos, e os adulterinos”. *Ordenações Filipinas*, Livro 4, Título 93, Nota 7, p. 943.

por serem filhos de pai incerto de sua mãe, identificada como meretriz¹⁴. A atribuição a um filho de qualquer desses títulos tinha geralmente como objectivo impedi-lo de ter acesso aos bens e honras deixados por seus pais.

Eliane Cristina Lopes¹⁵ em estudo feito para a cidade São Paulo no século XVIII sobre a concepção de crianças ilegítimas naquela cidade analisou cerca de 549 cartas de legitimação reunidas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Ao que tudo indica tais cartas de legitimação constituem parte de um processo iniciado no local de origem dos pais. O processo começaria com o registo das escrituras de legitimação inseridas nos livros de notas dos conselhos e, em seguida, enviadas à Mesa do Desembargo do Paço para serem avaliadas pelo conselho régio podendo a legitimação ser ou não concedida. Tal trâmite legal exigido para a concessão das legitimações fez com que alguns destes processos estendessem por vários anos.

A legitimação dos filhos ilegítimos e a protecção dos filhos legítimos teve sempre lugar no Direito Civil português. Como já vimos anteriormente havia o direito ao reconhecimento de algumas categorias de filhos ilegítimos tinham, desde que não prejudicassem os herdeiros legítimos. A provisão de 18 de Janeiro de 1799, assinada por D. Maria, em que *Declara os verdadeiros efeitos das Cartas de Legitimação* expõe, de maneira clara, a forma como as cartas de legitimação não deveriam ser passadas “[...] em prejuízo dos herdeiros legítimos, e não tendo elas a qualidade de uma restituição plenária mas de uma mera dispensa.”¹⁶

3. Análise sociológica das escrituras de legitimação bracarenses

Ao consultar os registos notariais pertencentes ao Arquivo Distrital de Braga¹⁷ foram identificados entre aqueles que registaram a legitimação de seus filhos e filhas um total de 223¹⁸ escrituras de legitimação. Apesar de serem, quantitativamente, poucas, as escrituras

¹⁴ Sobre a classificação e a diferenciação entre os filhos naturais de concubina teúda e manteúda e os filhos de meretrizes, ver o conteúdo da Nota 7, *Irmãos de danado coito, Ordenações Filipinas*, Livro 4, Título 93, p. 943.

¹⁵ LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*, São Paulo, Annablume, 1998.

¹⁶ *Ordenações Filipinas*, Quarto livro, Provisão de 18 de Janeiro de 1799, pp. 1053-54.

¹⁷ Na confecção deste artigo optou-se pela utilização nas tabelas e nas notas da abreviatura ADB para designar o Arquivo Distrital de Braga.

¹⁸ Para efeito de contagem das escrituras de legitimação identificadas foi necessário considerar que em 64 delas os pais e/ou mães reconheceram mais de um filho(a) sendo contabilizados somente uma vez.

de legitimação apresentam-se como fontes indispensáveis para aqueles que se debruçam na análise do quotidiano familiar bracarense do século XVIII.

A tabela 1 apresenta a quantificação, por sexo, dos pais que reconheceram seus filhos por meio das escrituras de legitimação. Percebe-se que predominaram as escrituras passadas por homens que somaram um total de 130 documentos. Neste número não podemos deixar de considerar que, entre os pais que legitimaram seus filhos e/ou filhas, foram encontrados um total de 64 eclesiásticos que representaram 49%.

Tabela 1 – Sexo do legitimador Braga (1700 a 1799)

	Total	%
Masculino	130	58,0
Feminino	93	42,0
Total	223 ²¹	100,0

Fonte: ADB – Nota Geral de Braga 1.ª série: 487 a 873; Nota Geral de Braga 2.ª série: 21 a 133; Tabelião Público – 1.ª série: 48 a 153; Tabelião Público – 2.ª série: 53 a 146.

A partir da leitura da tabela 2 podemos avaliar, com maior clareza, a composição do quadro de pais e mães que legitimaram seus filhos nas escrituras públicas. Os homens e mulheres solteiras predominavam, mesmo que com pequena diferença, compreendendo, respectivamente, 77% e 87% do total de pais e mães. Contudo, o quadro modificou-se bastante quando analisamos o estado conjugal de homens e mulheres casadas que expressaram suas vontades nos livros de notas bracarenses. Regista-se um predomínio dos homens, com 18%, enquanto as mulheres somaram apenas 2%. O quadro novamente se inverte ao analisarmos os viúvos. Neste caso, as mulheres predominam com 6% representando os homens viúvos apenas 1% do universo das escrituras de legitimação.

Tabela 2 p Sexo e Estado Conjugal do legitimador quando registrada a escritura de legitimação Braga (1700 a 1799)

Estado Conjugal	Masculino		Feminino		Total Geral	
	N.º A	%	N.º A	%	N.º A	%
Solteiro	100	77,0	81	87,0	181	81,0
Casado	23	18,0	2	2,0	25	11,0
Viúvo	1	1,0	6	6,0	7	3,0
N/c	6	5,0	4	4,0	10	4,0
Total	130	100,0	93	100,0	223 ²¹	100,0

Fonte: ADB – Nota Geral de Braga 1.ª série: 487 a 873; Nota Geral de Braga 2.ª série: 21 a 133; Tabelião Público – 1.ª série: 48 a 153; Tabelião Público – 2.ª série: 53 a 146.

Em relação ao local de domicílio dos legitimadores constatamos que do total de 223 escrituras de legitimação registradas nos livros notariais, 58 delas eram de habitantes das diversas freguesias de Braga. Em todo caso optamos por analisar todas as escrituras, quer fossem de habitantes da Cidade de Braga, quer daqueles que moravam nos arredores da cidade, mas que tiveram que registar suas vontades na cidade.

Após esta breve caracterização do perfil sociológico dos progenitores que se assumiram como produtores da ilegitimidade interessava-nos o conhecimento dos beneficiados com estas escrituras: os filhos ilegítimos. Quantos eram? Qual a distribuição por sexo? Após a leitura dos livros de notas do Arquivo Distrital de Braga identificamos um total de 287 filhos legitimados por seus pais/mães ao longo do século XVIII. A tabela 3 mostra-nos que, assim como se verificou entre os progenitores, também entre os filhos legitimados os homens detinham a maioria, com 76% dos registos, cabendo às mulheres 24%.

Tabela 3 - Sexo do legitimado Braga (1700 a 1799)

	Total	%
Masculino	219	76,0
Feminino	68	24,0
Total	287	100,0

Fonte: ADB - Nota Geral de Braga 1.ª série: 487 a 873; Nota Geral de Braga 2.ª série: 21 a 133; Tabelião Público - 1.ª série: 48 a 153; Tabelião Público - 2.ª série: 53 a 146.

A superioridade numérica dos filhos legitimados em relação às escrituras produzidas pelos seus pais chamou-nos a atenção para a necessidade de explorar os casos de pais/mães que tiveram mais de um filho(a) legitimados. Foi o caso do Reverendo Padre Felipe Correia da Silva, morador no Campo dos Touros, Cidade de Braga, que no ano de 1779 legitimou as duas filhas que tivera com a solteira Tereza Maria que, por sua vez, era filha legítima de João de Faria Fernandes e sua mulher Luiza da Costa, moradores na Rua das Travessas. O Reverendo declarou em documento que,

“[...] ele tem duas filhas a saber uma Joaquina Rosa que terá de idade dezanove anos e outra Inácia Rita que terá de idade doze anos pouco mais ou menos as quais houvera por fragilidade humana [...] aonde são moradoras com a dita sua mãe delas; e que por não ter outro algum herdeiro forçoso ascendente ou descendente que precisamente seus bens haja de herdar e **ter muito amor e afeição as ditas suas filhas** [grifo nosso]: [...] de sua própria e livre vontade e sem constrangimento nem persuasão de pessoa alguma perflhava e legitimava as ditas suas filhas para que possam suceder em todos os seus bens.”¹⁹

¹⁹ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 823, fl.150v-151r. Escritura de legitimação passada por Felipe Correia da Silva às suas filhas Joaquina Rosa e Inácia Rita, 13.01.1779.

Tabela 4 – Distribuição das escrituras pelos legitimadores e pelo número de filhos legitimados (1700 a 1799)

	1 filho(a)	2 filhos(as)	> 2 filhos(as)	Total
Masculino	105	15	10	130
Feminino	73	13	7	93
Total	178	28	17	223

Fonte: ADB – Nota Geral de Braga 1.^a série: 487 a 873; Nota Geral de Braga 2.^a série: 21 a 133; Tabelião Público – 1.^a série: 48 a 153; Tabelião Público – 2.^a série: 53 a 146.

A partir da tabela 4 percebemos que houve o predomínio, entre os legitimadores, daqueles que registaram, por meio das escrituras públicas, sua vontade de legitimar apenas um filho. Estes somaram um total de 178 casos, cabendo aos homens a maioria, com 105 e, as mulheres, com 73. Em seguida foram identificados 28 pais que legitimaram 2 filhos (as) e, 17 deles que legitimaram mais de 2 filhos.

O reverendo padre António José de Sousa, morador no lugar do Assento, na freguesia de Santa Maria das Duas Igrejas, Comarca de Viana do Lima, registou no dia 21.10.1778 uma escritura de legitimação na qual reconheceu seus quatro filhos: José Manoel (18 anos), António José (14 anos), Maria Josefa (11 anos) e Rosa Maria (7 anos). O reverendo padre António José de Sousa foi um dos 10 pais que tiveram mais de 2 filhos e que recorreram à perfilhação solene para legitimá-los. O filho mais velho, José Manoel, era fruto de uma relação do reverendo padre com Antónia Maria de Mello, mulher solteira, já falecida, e moradora na freguesia de Santa Maria de [Ceírol] de Lima, em Ponte de Lima. Os demais filhos eram frutos de uma relação com Maria Joana, viúva de Manoel Pereira, moradora na freguesia do Salvador da Portela, concelho da Portela das Cabras, correição da Ouvidoria de Barcelos. E o reverendo padre acrescentou que:

[...] por não ter nem pai nem mãe nem avô nem avó nem herdeiro forçoso que precisamente haja de suceder em seus bens e ter muito amor e afeição aos ditos seus quatro filhos José Manoel, António José, Maria Josefa e Rosa Maria e desejar que eles tenham bens com que melhor possam passar a vida; por outros justos motivos e honestos respeitos do serviço de Deus Nosso Senhor que a isso o movia; Por este público instrumento disse ele reverendo padre José António de Sousa [...] em sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma perfilhava e legitimava e havia de perfilhados

e legitimados os sobreditos seus quatro filhos José Manoel, António José, Maria Josefa e Rosa Maria para que eles possam suceder em seus bens²⁰.

Conforme o quadro 1, presente neste texto, vimos que o reconhecimento dos filhos *sacrílegos* era feito mediante autorização régia. Mas, associada a tal autorização era também necessário o registo de tão vontade pelo pai.

4. O nascer ilegítimo no século XVIII

Antes de discorrermos sobre o significado da ilegitimidade no século XVIII, torna-se necessário conceituar o que era “ser filho legítimo” na mesma época. A legislação é clara no que diz respeito à caracterização dos filhos legítimos como sendo aqueles que “[...] nascem de justa esposa, ou fazem-se pelo direito, isto é, por legitimação”²¹. A estes filhos eram concedidos o direito de: 1.º) Poderem ser admitidos em cargos oficiais; 2.º) sucederem na nobreza dos pais e aos seus bens, seja por meio de testamento ou *ab intestado*; 3.º) poderem pedir alimentos aos pais.

Inserida em um contexto muitas vezes conflituante, a discussão sobre a inserção ou exclusão da prole ilegítima no ambiente familiar setecentista demanda um estudo dos valores morais dominantes nessa sociedade. A Igreja Católica e o Estado Português compartilhavam objectivos muito semelhantes no que diz respeito à formação da sociedade portuguesa quer na Europa, quer na América.

[...] o Código Filipino e as Constituições Primeiras impuseram juridicamente, no Brasil, as determinações tridentinas que alteraram profundamente os princípios ocidentais no que diz respeito à moral e à sexualidade. Portugal estabeleceu, em terras brasileiras, uma linha legislativa derivada do Concílio de Trento na qual o que não era virtude, era pecado, o que não competia ao espírito, pertencia à carne, envolvendo a humanidade em um combate maniqueísta em torno da salvação.²²

²⁰ ADB – Nota Geral de Braga – 1.^a Série, livro 823, fl.30v-31r. Escritura de legitimação passada pelo reverendo padre António José de Sousa aos seus filhos José Manoel, António José, Maria Josefa e Rosa Maria, 21.10.1778.

²¹ FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Civil Português*, Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa, 1967, p. 41.

²² GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado na sociedade paulista colonial (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 27.

No que tange à política de Estado, existia a associação da formação da família à boa administração do que António Manuel Hespanha chama “coisas públicas”, “[...] sendo a casa a primeira comunidade, as leis mais necessárias são as do governo da casa; e sendo, além disso, a família o fundamento da república, o regime (ou governo) da casa é também o fundamento do regime da cidade”.²³

No século XVIII, a legislação civil que regia o Império Ultramarino Português estava consolidada nas *Ordenações Filipinas (1603)*. Organizada em cinco volumes, temos, nos Livros IV e V, os títulos que regem os direitos das pessoas que compunham essa sociedade. A segunda metade desse século foi marcada pelo acirramento das políticas do Estado para disciplinar a família, principalmente no que diz respeito aos direitos e deveres de pais e filhos.

O Código Filipino é claro quanto ao papel que a família deveria desempenhar na criação de seus filhos. Cabia a ela educar, alimentar e vestir, fossem os filhos legítimos ou não. Pode-se dizer que esse ambiente familiar e doméstico insere-se em um universo de afectividade²⁴ que, por sua vez, abrange o discurso social e político da sociedade do Antigo Regime. Mas devemos entender que família, no Antigo Regime, incluía todos aqueles que estivessem ligados ao *paterfamilias*, fosse por laços de parentesco, afinidade, criadagem ou escravidão.

Todos tinham uma família. E, para além disso, todos a tinham como um fato natural, fundada em relações e sentimentos que pertenciam à própria natureza das coisas. Relações e sentimentos que, por isso mesmo, eram iguais em todas as famílias, porque eram independentes da vontade de seus membros.²⁵

Vemos assim, que para discutirmos a inserção ou não dos filhos ilegítimos no quotidiano das famílias bracarenses requer, inicialmente, que tentemos definir o que viria a ser família no século XVIII. Quem faria parte do núcleo familiar? Quais seriam os papéis desempenhados por pais, mães e filhos? Quais as possibilidades de inserção dos filhos (as) ilegítimos em núcleos familiares bracarenses do século XVIII? Uma vez inseridos que direitos teriam? O que representava, efectivamente, ser legitimado(a)?

²³ Natividade, 1653, op. I, cap. 1, p. 2, n. 10. Citado por: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 114.

²⁴ Natividade, 1653, op. I, cap. 1, p. 2, n. 10. Citado por: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal Moderno...* 1995, p. 114.

²⁵ Natividade, 1653, op. I, cap. I, p. 2, n. 10. Citado por: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal Moderno...* 1995, p. 103.

De acordo com o jurista Pascoal José de Melo Freire²⁶, define-se família como sendo “[...] várias pessoas que estão sob o poder de um só”. E uma vez assim definida nos vemos frente à necessidade de conceituar também a expressão *Pátrio Poder*, bastante utilizada no Direito Civil para caracterizar a forma como os filhos estavam sujeitos ao poder do pai. Entende-se como *pátrio poder* a forma, aprovada pela lei, por meio da qual se justificava o poder e controle do pai sobre os filhos. Mas quais as razões, segundo o Direito Civil, que dariam ao pai controle não somente dos filhos, como de suas acções e seus bens? Melo Freire destaca três razões, a saber: 1.^a) os filhos fazem parte do corpo dos pais; 2.^a) pertencem à casa/família do pai; 3.^a) “[...] porque de modo nenhum podem ser educados sem que suas acções sejam dirigidas por outrem.”²⁷ Entretanto, uma dúvida se coloca quanto à última razão apresentada por Melo Freire para que o pai assumisse o controle das acções e bens de seus filhos: estavam os filhos ilegítimos (mesmo que posteriormente legitimados por perfilhação solene) subordinados ao poder paterno?

5. Filhos sacrílegos: frutos da “fragilidade humana”

Já foi discutida a forma como os filhos ilegítimos eram vistos pelo Direito Civil, mas e o que dizer do Direito Canónico? Como eram tratados os filhos sacrílegos? Entre os 287 filhos que foram legitimados por meio das escrituras públicas 87 (29%) deles eram filhos de padres. As *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga (1639)*²⁸ contêm um título que se debruça na forma como deveriam agir os clérigos que tivessem filhos ou netos. O título XII, Constituição XXII, *Como se haverão os Clérigos com os filhos, e netos, se os tiverem* delibera que:

Considerando Nós o mau exemplo que se daria, e grande escândalo que se receberia dos Clérigos trazerem seus filhos consigo, que seriam testemunhas vivas de suas culpas passadas: ordenamos, e mandamos, que sendo pai, e filho, ou outro descendente, ambos Clérigos, **não possam servir em uma mesma Igreja, nem assistir em hum mesmo altar** [grifo nosso]. E se o pai, ou qualquer outro descendente, ou genro lhe não ajude à Missa; [...] **que não tenham em suas casas seus filhos: salvo se forem havidos antes de terem as ditas Ordens, ou Benefícios; por ter essa criação pública dos**

²⁶ FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições...*, Lisboa, 1967.

²⁷ FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Civil Portugueses...*, Lisboa, 1967, p. 114.

²⁸ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, ordenadas no ano de 1639 pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1697.

filhos anexo sempre escândalo público com grande perigo de se tornar a atear a conversação com as mães. [grifo nosso] E cessando o dito escândalo, e perigo, ou ocorrendo outra legítima causa, daremos licença, se nos parecer, para os poderem por algum tempo ter em casa, sustentar, e ensinar. [grifo nosso] E os que fizerem sem nossa licença, serão castigados com suspensão de Ordens, e ainda dos Benefícios com as mais penas que nos parecerem, e pagarão dois cruzados pela primeira vez.²⁹

Optamos por analisar os três aspectos em destaque no texto.

O primeiro verifica-se a impossibilidade de pai e filho (caso fossem clérigos) exercerem o sacerdócio na mesma Igreja e, também, celebrarem no mesmo altar. O que percebemos com tal proibição é a necessidade imposta pela Igreja de ocultar a paternidade sacrílega da comunidade à qual pertencia o clérigo. Talvez a tentativa, com tal proibição, fosse de impedir que pai e filho tivessem um contacto mais estreito em função do convívio diário que o sacerdócio imporia. O segundo e o terceiro aspectos dizem respeito à proibição, salvo licença, de os pais clérigos terem em suas casas seus filhos e, conseqüentemente, suas mães. A licença para acolhe-los deveria partir do Arcebispo e seria concedida somente por um tempo determinado com objectivo de sustentá-los e criá-los. A preocupação em proibir a continuidade do filho em casa do pai se deve ao facto de poder ser este convívio estendido à figura da mãe.

Os regulamentos sinodais revelam a preocupação da Igreja em direccionar a vida dos clérigos que “por fragilidade humana” acabaram por ser progenitores. Salvos aqueles que tivessem seus filhos antes da ordenação, todos os demais deveriam respeitar o título acima. Contudo, a identificação de 84 filhos sacrílegos faz-nos questionar o alcance que tal deliberação teve no quotidiano bracarense. Por essa razão passaremos à análise de alguns casos de Padres que legitimaram seus filhos fazendo atribuir ao processo um aspecto contrário ao deliberado pelas *Constituições Sinodais*, por meio da omissão da paternidade. A legitimação dos filhos significava reconhecê-los, aceitá-los e inseri-los no seu quotidiano familiar.

No ano de 1747 o Doutor e Reverendo Serafino Cerqueira Leitão, morador na Rua de São João do Souto, apresentou-se no cartório localizado no largo da Praça do Pão com objectivo de registar uma escritura de legitimação de Gracia Maria (que na altura do registo da escritura tinha 21 anos). Gracia Maria era fruto de uma relação que ele tivera, por “fragilidade humana”, com Ana Maria de Sousa quando já era clérigo de missa e advogado nos auditórios da Cidade

²⁹ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, ordenadas no ano de 1639 pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1697. Título XII, Constituições XXII, p. 209.

de Braga. O padre Serafino Cerqueira Leitão, como os demais que legitimaram seus filhos e registaram o mesmo desejo nos livros de notas de Braga, fê-lo por não ter herdeiros e desejar que seus bens fossem transmitidos, legalmente, aos seus filhos. E fundamentou sua vontade utilizando as seguintes palavras:

[...] que de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma perfilhava e legitimava [...] a dita sua filha Gracia Maria para que possa suceder em todos os seus bens assim moveis como de raiz e ainda sejam de prazos eclesiásticos ou seculares ou de herdades dízimos a Deus ou morgados e de outra qualquer qualidade que sejam e lhe pertençam na melhor forma que possa ser e o direito determina como se ela fora havida de legítimo matrimónio cabia perfilhação e legitimação lhe assim fazia por achar ser assim serviço de Deus Nosso Senhor e descargo de sua consciência e não ir contra ela em parte ou em todo por si nem por outrem obrigava como obrigou sua pessoa e todos os seus bens moveis e de raiz havidos e por haver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob pena de lhe pagar todas as perdas e danos por esse respeito [...]³⁰

Contudo, não era somente a fragilidade humana que fez com que alguns eclesiásticos legitimassem seus filhos e filhas. No ano de 1779, o Reverendo Padre Felipe Correia da Silva, morador no Campo dos Touros, em Braga, registou uma escritura de legitimação em que declarava ser pai de duas filhas chamadas Joaquina Rosa (que teria de idade “pouco mais ou menos” 19 anos) e Inácia Rosa (que teria “pouco mais ou menos” 12 anos). A declaração feita em escritura reza que as ditas suas filhas eram fruto de uma relação que teve, “por fragilidade humana” com Tereza Maria. No seu discurso o padre ressaltava que a mãe de suas filhas era solteira e filha legítima de João de Faria Fernandes e de sua mulher Luiza da Costa, moradores na Rua das Travessas.

Mas o aspecto que confere ao caso uma análise interessante é o facto de que na mesma escritura o Reverendo Padre Felipe Correia da Silva³¹ declarava que a legitimação que naquele dia 13.01.1779 ele fazia se devia aos seguintes factores: o primeiro deles era o facto de que ele não possuía herdeiros forçosos ascendentes ou descendentes para os quais poderia deixar seus bens; mas o segundo motivo que o fez legitimar as duas filhas torna mais relevante, o processo já que

³⁰ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 704, fl. 117v. Escritura de legitimação passada por Serafino Cerqueira Leitão à sua filha Gracia Maria, 13.07.1747.

³¹ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 823, fl. 150v-151r. Escritura de legitimação passada por Felipe Correia da Silva às suas filhas Joaquina Rosa e Inácia Rosa, 13.01.1779.

o Reverendo Padre Felipe Correia da Silva declarava que por sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento de pessoa alguma legitimava suas filhas por lhes ter “[...] muito amor e afeição” para que as mesmas pudessem herdar e suceder em todos os seus bens.

Ainda analisando casos de eclesiásticos que decidiram legitimar seus filhos e enfrentar os problemas que tal atitude poderia causar, um terceiro apresenta-se bastante interessante para que possamos avaliar os significados da legitimação na sociedade bracarense do século XVIII. O Reverendo Francisco de Paiva Leite Brandão, no dia 11 de Maio de 1797, registou uma escritura de legitimação em que reconhecia como filha a Dona Maria Delfina de Paiva Leite Brandão, filha que teve

[...] por fragilidade humana [...] com certa mulher honesta e recolhida cujo nome por decências e honestidade mais circunstancias particulares não pode declarar [e] que ella concebeu e pariu uma menina da qual ele outorgante tomou conta por conhecer clara e distintamente e sem a menor duvida era sua filha e fez baptizar por ele e por sua conta a fez criar de leite e logo depois a fez conduzir para sua própria casa e na sua companhia a conserva e tem educado ao presente³².

O caso do Reverendo Francisco de Paiva Leite Brandão torna-se emblemático uma vez que, ao que tudo indica, a filha, Dona Maria Delfina de Paiva Leite Brandão era fruto de uma relação que teve com uma mulher que se encontrava em um recolhimento religioso. A preocupação do Reverendo em não divulgar o nome da mãe e, ainda, a certeza que o mesmo tem de que a criança era sua filha, pois “[...] no tempo de concepção nem um nem outro algum foi infamada a mãe dela de desonesta com homem algum antes sempre foi tida e havida por reputada [...] e recolhida sem fama nem rumor em contrário.”³³

O reconhecimento dos filhos ilegítimos feito por eclesiásticos mostra-nos que apesar da recorrente preocupação em apresentar a “fragilidade humana” justificativa de seus actos houve, por outro lado, por parte dos pais uma tentativa de impedir que seus filhos fossem, de alguma maneira, marginalizados pela comunidade.

³² ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 145, fl. 93v-94r. Escritura de legitimação passada por Felipe de Paiva Leite Brandão à sua filha Dona Maria Delfina de Paiva Leite Brandão, 11.05.1797, fl. 93r.

³³ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 145, fl. 93v-94r. Escritura de legitimação passada por Felipe de Paiva Leite Brandão à sua filha Dona Maria Delfina de Paiva Leite Brandão, 11.05.1797, fl. 93r.

6. Filhos reconhecidos, alma purificada

[...] naturais, adulterinos, incestuosos e sacrílegos, vivendo só com o pai ou com a mãe, ou mesmo sendo expostos, escondendo a vergonha da imoralidade ou fugindo à imperante miséria, eram alvo da bondade dos pais arrependidos, que os reconheciam, de modo a purificar a alma manchada pelos acontecimentos passados.³⁴

Entre as escrituras de legitimação localizadas no Arquivo Distrital de Braga, 93 foram registadas por mulheres. Este número significativo de mulheres preocupadas com a legitimação de seus filhos despertou-nos a curiosidade para conhecer as razões por elas mencionadas em virtude da necessidade de um processo de reconhecimento e legitimação de seus filhos perante um notário público? Antónia Maria de Barros, viúva e moradora na Rua da Ponte, na cidade de Braga, no dia quatro de Janeiro de 1774 reconheceu e legitimou os filhos que tivera com João da Costa. Seu filho, João António, que tinha pouco mais ou menos 7 anos de idade e Ana Maria que tinha 4 ou 5 anos. O problema que se colocou na legitimação dos filhos de Antónia Maria de Barros e João da Costa foi o facto de o pai ser seu cunhado, irmão do seu falecido esposo, José João da Costa.

Contudo, o que levou Antónia Maria de Barros a enfrentar os possíveis problemas que sua atitude causaria, bem como a marginalização que poderiam sofrer seus filhos após o seu reconhecimento foi o fato de a mesma ter: “[...] muito amor e afeição aos ditos seus filhos e desejar que eles tenham bens com que melhor possam passar a vida.”³⁵ Em virtude disso, destaca-se no documento que “[...] Por este presente publico instrumento disse ela dita Antónia Maria de Barros que de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma perfilhava e legitimava [...] aos ditos seus filhos João António e Ana Maria para que possam suceder em todos os seus bens.”³⁶

Entre os homens que legitimaram seus filhos perante o notário público o caso de Paulo da Fonseca Coutinho, morador no lugar de Passos, Freguesia de São Miguel de Monção, Termo da Vila de Guimarães, tem um discurso que vale a pena ser analisado. No ano de 1775, Paulo da Fonseca Coutinho, solteiro, declarou, perante as testemunhas, que teve uma filha chamada

³⁴ LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*, São Paulo, Annablume, 1998.

³⁵ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 805, fl. 46v-47r. Escritura de legitimação passada por Antónia Maria de Barros a seu filho João António, 04.01.1774.

³⁶ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 805, fl. 46v-47r. Escritura de legitimação passada por Antónia Maria de Barros a seu filho João António, 04.01.1774.

Custódia Maria fruto da comunicação ilícita que tivera com Senhorinha da Costa, solteira, já falecida e moradora que foi na mesma freguesia. Sua filha já estava casada com Francisco José Mendes cirurgião do lugar da Cruz, freguesia de São Trocato do dito termo de Guimarães quando ele registou sua legitimação.

Assim como os demais progenitores de filhos ilegítimos que decidiram pelo reconhecimento público e legal dos seus descendentes Paulo da Fonseca Coutinho declarou que por não ter herdeiros forçosos ascendentes ou colaterais que pudessem herdar e suceder em seus bens fazia-se necessário a legitimação do filho que teve com Senhorinha da Costa. Contudo, além dessa razão Paulo da Fonseca Coutinho declarava também que por ter “[...] muito amor e afeição a dita sua filha deseja que ela tenha bens com que melhor possa passar a vida, atendendo aos muitos e bons benefícios que dela tem recebido assim no decurso de vinte e cinco anos que com ele assistiu em cujo tempo sempre ele a reconheceu por sua filha como depois de ela casada com o dito seu marido, espera receber.”³⁷

7. Filhos do Brasil

Sabe-se que na primeira metade do século XVIII muitos foram os minhotos que saíram de Portugal com destino ao Brasil. Em virtude de tal constatação alguns estudos³⁸ vêm sendo feitos nos dois lados do Atlântico com objectivo de analisar o processo imigratório dos minhotos, bem como a forma como se deu a sua fixação na outra margem.

Mas os objectos de análise deste artigo serão as escrituras de legitimação registadas por homens que, em algum momento da sua vida estiveram no Brasil e deixaram filhos ilegítimos. Entre as 223 escrituras identificadas no Arquivo Distrital de Braga deparemos-nos com 7 casos de pais e mães que legitimaram filhos nascidos no Brasil. Interessante observar que o impacto da

³⁷ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 812, fl. 71r. Escritura de legitimação passada por Paulo de Afonseca Coutinho à sua filha Custódia Maria, 11.10.1775.

³⁸ NAZZARI, Muriel, Concubinage in colonial Brazil: the inequalities of race, class, and gender, *Journal of Family History*, vol. 21, n. 2, April 1996, pp. 107-124; SILVA, Maria Beatriz Nizza da, Concubinato e família ilegítima, In.: *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 135-202; FURTADO, Júnia Furtado, *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, HUCITEC, 1999; RAMOS, Donald, From Minho to Minas: the portuguese roots of the Mineiro family, *History of the American Historical Review*, n. 4, vol. 73, pp. 639-662, 1993; SCOTT, Ana Silvia Volpi, Desvios Morais nas Duas Margens do Atlântico: o concubinato no Minho e em Minas Gerais nos anos setecentos, *População e Sociedade*, Porto, 2001, v. 7, pp. 129-158.; SCOTT, Ana Silvia Volpi, O pecado na margem de lá: a fecundidade ilegítima na metrópole portuguesa (séculos XVII – XIX), *População e família*, São Paulo, n. 3, pp. 41-70, 2000.

imigração minhota para o Brasil também surtiu efeito no nascimento de ilegítimos na região do Minho, devido às prolongadas ausências de um dos cônjuges, mais frequentemente o esposo.

Um dos casos a ser analisado é o de Ilena Tereza, moradora na Rua da Água, na cidade de Braga que, no ano de 1757 reconheceu e legitimou as duas filhas que tivera com o Reverendo Vasco Martinho Falcão. O aspecto interessante contido na escritura de legitimação passada por Ilena Tereza é o fato dela ser casada com Francisco Ferreira que “[...] se encontrava ausente nos Estados do Brasil” quando manteve relações com o Reverendo Vasco Martinho Falcão. As filhas reconhecidas por Ilena eram assim frutos de uma relação sacrílega, mas também eram a prova do adultério que a mãe cometera na ausência do cônjuge. Ao que tudo indica Francisco Ferreira esteve ausente no Brasil por cerca de 15 anos uma vez que a filha mais velha de Ilena e Vasco, Joaquina, tinha mais ou menos 16 anos. Além disso, o fato de Ilena e o Reverendo Vasco terem mais uma filha, Clara, de 8 anos faz-nos concluir que a sua relação era continuada. Para nossa surpresa identificamos, também, as escrituras de legitimação passadas, no ano de 1756, pelo Reverendo Vasco Martinho Falcão às suas filhas Joaquina e Clara. O que fica claro é que a identificação das escrituras de legitimação passadas pelos pais aponta para o desejo de ambos em reconhecer as filhas e, além disso, o fato de ambos assumirem a relação que mantiveram enquanto o cônjuge de Ilena, Francisco Ferreira, estava ausente.

As razões que Ilena deu para o reconhecimento das filhas foi, mais uma vez,

[...] que por não ter pai nem mãe nem avô nem avó nem herdeiro forçoso que precisamente haja de suceder em seus bens por este presente publico instrumento disse ela dita Ilena Tereza perfilhava e legitimava e havia por perfilhadas e legitimadas as ditas suas duas filhas Joaquina e Clara para que possam suceder em todos os seus bens assim moveis como de raiz³⁹.

Mas o caso que melhor expõe o que significou a ida de portugueses para o Brasil é o de Julião Rodrigues da Cruz⁴⁰, morador na Freguesia de São Salvador do Couto de Arlenteim, Arcebispado de Braga, que no ano de 1786 apareceu perante o notário público para reconhecer as duas filhas que tivera com Maria Rosa. Até aqui em pouco difere o caso de Julião Rodrigues dos demais até agora apresentados. Contudo, no mesmo documento utilizado por ele para

³⁹ ADB – Nota Geral de Braga – 1.ª Série, livro 742, fl. 144r-144v. Escritura de legitimação passada por Ilena Tereza às suas duas filhas Joaquina e Clara, 15.04.1757.

⁴⁰ ADB – Nota Geral de Braga – 2.ª Série, livro 742, fl. 47v-48r. Escritura de legitimação passada por Julião Rodrigues Cruz às suas duas filhas Custódia e Ana, 27.02.1786.

reconhecer suas filhas, Julião Rodrigues discorreu sobre sua vida até aquele momento e é esse ponto que será objecto de análise. Segundo Julião Rodrigues ele foi casado, *in face eclesiae*, com Ângela Ferreira, mas não chegou a coabitar com a mesma partindo em seguida para o Brasil onde viveu por cerca de quinze anos. Ao voltar para Portugal encontrou a esposa, Ângela Ferreira, com “[...] com alguns filhos de diversos homens por cujo motivo mais se afastou ele outorgante da comum casa dela”. Após seu afastamento Julião Rodrigues passou a “[...] ter comunicação com Custodia Fernandes solteira da mesma freguesia e couito hoje falecida de que resultou ter uma filha por nome Custodia” e também com “[...] Maria Rosa solteira da freguesia do Couto de Cambeses [de quem teve uma filha] por nome Ana as quais reconhece ele outorgante e das sobreditas Custodia Fernandes e Maria”.

Assim como Julião Rodrigues, muitos outros portugueses, deixaram seus lares, suas esposas, e partiram rumo ao Brasil. Apesar dos planos de voltarem a Portugal passado algum tempo, a maioria acabou por ficar no Brasil e estabelecer lá novas famílias, novas redes de sociabilidades. Julião Rodrigues acabou por voltar a Portugal e aqui chegando deparou-se com sua esposa, Ângela Ferreira, cercada de filhos que não eram dele o que comprovava a sua infidelidade. Contudo, assim como Ângela Ferreira, Julião Rodrigues da Cruz também estabeleceu outros laços familiares ao voltar para Portugal. E são as filhas que teve de suas relações fortuitas e não legalizadas, que ele pretende legitimar “[...] por causas e certezas que disso tem e as ditas suas filhas para descargo de sua consciência quer perfilhar e habilitar por suas legítimas herdeiras de seus bens, direitos para o que pede a Sua Real Majestade Fidelíssima que Deus Guarde lhe faça autorizar essa perfilhação e habilitação.”

8. Considerações finais

Vimos ao longo do texto que não foram somente os homens comuns que recorreram à legitimação dos filhos apresentando-se para tal no Notário Público. E também vimos que muitas foram as mães que se viram diante da necessidade de reconhecer seus filhos ilegítimos como forma de garantir que os mesmos pudessem concorrer, igualitariamente, aos seus bens.

Neste contexto, as escrituras de legitimação poderiam ser vistas como elementos auxiliares para a inserção da prole ilegítima no quotidiano legal e social que cercava filhos legítimos, ilegítimos, pais, mães e a rede social formada em torno da família. Recorrer à Coroa para que a legitimação fosse concedida revelou que era de vital importância para o apelante apresentar testemunhas de prestígio que comprovassem a vontade do progenitor em legitimá-lo. Os depoimentos apontaram para o laço estabelecido com as testemunhas, bem como para o peso que a palavra exercia no século XVIII. Era de conhecimento dos pais que somente com a confirmação da paternidade feita pelo Rei os filhos teriam alguma hipótese de disputar a herança e as honras dos pais com os demais filhos legítimos ou com qualquer outra qualidade de herdeiros.

9. Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes Manuscritas

ADB – Nota Geral de Braga – 1.^a Série, livro 823, fl. 150v-151r. Escritura de legitimação passada por Felipe Correia da Silva às suas filhas Joaquina Rosa e Inácia Rita, 13.01.1779.

ADB – Nota Geral de Braga – 1.^a Série, livro 704, fl. 117v. Escritura de legitimação passada por Serafino Cerqueira Leitão à sua filha Gracia Maria, 13.07.1747.

ADB – Nota Geral de Braga – 1.^a Série, livro 805, fl. 46v-47r. Escritura de legitimação passada por Antónia Maria de Barros a seu filho João António, 04.01.1774.

ADB – Nota Geral de Braga – 1.^a Série, livro 812, fl. 71r. Escritura de legitimação passada por Paulo de Afonseca Coutinho à sua filha Custódia Maria, 11.10.1775.

ADB – Nota Geral de Braga – 1.^a Série, livro 742, fl. 144r-144v. Escritura de legitimação passada por Ilena Tereza às suas duas filhas Joaquina e Clara, 15.04.1757.

ADB – Nota Geral de Braga – 2.^a Série, livro 742, fl. 47v-48r. Escritura de legitimação passada por Julião Rodrigues Cruz às suas duas filhas Custódia e Ana, 27.02.1786.

Fontes Impressas

BLUTEAU, Raphael Padre, *Vocabulário Português e latino*, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, ordenadas no ano de 1639 pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1697.

Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado D'El Rei D. Philipe, Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomático, 1870.

Bibliografia

AMORIM, Maria Norberta, 1999, “O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial”, *Ler História*, 36, pp. 9-43.

AMORIM, Maria Norberta, DURÃES, Margarida, FERREIRA, João Antero Gonçalves, Bases de dados genealógicas e história da família em Portugal: análises comparativas (do Antigo Regime à contemporaneidade), Comunicação apresentada na Reunião Científica realizada na Faculdade de Humanidades da Universidade de Castilla-La Mancha, Albacete, 2003.

BEVILÁQUA, Clóvis. *O Direito das Sucessões*. 5 Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paulo de Azevedo, 1955.

FERRO, João Pedro, 1995, *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, 1.^a ed., Lisboa, Editorial Presença;

FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Civil Português*, Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa, 1967.

FURTADO, Júnia Furtado, *Homens de negócios*; a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas, São Paulo, HUCITEC, 1999.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado na sociedade paulista colonial (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998.

GONÇALVES, Dr. Luís da Cunha. *Direitos de família e direitos das sucessões*. Lisboa: Edições Ática, 1955.

HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal Moderno*; político e institucional. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*, São Paulo, Annablume, 1998.

LOPES, João Baptista. *Filhos ilegítimos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1973.

MACHADO, Helena, *Tribunais, Género, Ciência e Cidadania; uma abordagem sociológica da investigação judicial de paternidade*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho (Tese de Doutoramento).

MATOS, Paulo dos Mártires Lopes Teodoro de, *O nascimento fora do matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003 (Tese de Doutoramento).

NAZZARI, Muriel, Concubinage in colonial Brazil: the inequalities of race, class, and gender, *Journal of Family History*, vol. 21, n. 2, April 1996, pp. 107-124.

NEVES, António Augusto Amaro das, 1996, *Filhos das ervas. A ilegitimidade no norte de Guimarães (séculos XVI a XVIII)*, dissertação de Mestrado em História das Populações, policopiada, Guimarães, Universidade do Minho;

NEVES, António Augusto Amaro das, 1998, "Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI - I, pp. 137-173.

PINA CABRAL, João de, 1984, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho", *Análise Social*, vol. XX (80), pp. 97-112.

PINA CABRAL, João de, 1989, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponês no Alto Minho*, Lisboa, Dom Quixote.

RAMOS, Donald, From Minho to Minas: the portuguese roots of the Mineiro family, *History of the American Historical Review*, n. 4, vol. 73, pp. 639-662, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, Concubinato e família ilegítima. In: *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 135-202.

SCOTT, Ana Silvia Volpi, Desvios Morais nas Duas Margens do Atlântico: o concubinato no Minho e em Minas Gerais nos anos setecentos, *População e Sociedade*, Porto, 2001, v. 7, pp. 129-158.

SCOTT, Ana Silvia Volpi, O pecado na margem de lá: a fecundidade ilegítima na metrópole portuguesa (séculos XVII-XIX), *População e família*, São Paulo, n. 3, pp. 41-70, 2000.

TELLES, Inocêncio Galvão, *Direito das Sucessões*; noções fundamentais, Coimbra, Coimbra Editora, 1991.

TELLES, Inocêncio Galvão. *Sucessões*; Parte Geral, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

Notas

¹ A distinção, no tipo de legado, entre Coroa e Comum deve-se à distinção feita nas *Ordenações Filipinas* entre nobres e plebeus, respectivamente.